



## Experiência de Política Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS) em Minas Gerais

Márcia Helena Batista Corrêa da Costa<sup>1</sup>, Sandra Meire Guimarães<sup>2</sup> e Joice Alvarenga Borges<sup>3</sup>

Este artigo apresenta resultados da pesquisa sobre a Política Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS), executada em Minas Gerais em consonância com as deliberações do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), no período de 2012 a 2015. A análise aborda o Programa Estruturador: Cultivar, Nutrir, Educar (PECNE), idealizado como um instrumento de efetivação da política, que integra as áreas de Saúde, Educação e Agricultura Familiar. Os atores envolvidos no PECNE são representados nos Comitês Gestores Locais, instância colegiada, instituída para promover a intersectorialidade na execução da política no município. O PECNE também visa o fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que busca valorizar a agricultura familiar e promover a educação alimentar e nutricional das famílias. A pesquisa, desenvolvida com financiamento do CNPq, por equipe multidisciplinar, investigou as escolas públicas estaduais da educação básica, das regiões sudeste 1 e 2, de Divinópolis, município do Centro-Oeste mineiro. A integração de áreas do conhecimento ocorreu sustentada na aplicação do método qualitativo e uso de instrumentos da Avaliação de Quarta Geração. Nos resultados, destaca-se a instância local de representação democrática dos setores envolvidos na SAN, para discussão e deliberação sobre a política no Município.

**Palavras-chave:** Segurança Alimentar e Nutricional, agricultura familiar, política pública.

### Sustainable Food and Nutrition Security (SUSFANS) in Minas Gerais

This article presents the results of the research on the integrated policy on Sustainable Food and Nutrition Security (SUSFANS), carried out in Minas Gerais in line with the deliberations of the State Council of Food and Nutrition Security (CONSEA), in the period from 2012 to 2015. The analysis evaluated the structural program PECNE, used as an instrument for the implementation of the policy, which integrates the areas of Health, Education, and Family Agriculture. The actors involved in PECNE are represented in the Local Managing Committees, a collegiate body, established to promote the intersectoriality in the execution of the policy in the municipality. PECNE also aims to strengthen the National School Feeding Program (PNAE), which seeks to enhance family farming and promote family food and nutrition education. The research was developed using the CNPq funding, by a multidisciplinary team, and investigated the basic education in public schools in the

---

<sup>1</sup> Professora Doutora (UNICAMP) atua na UEMG e Pesquisadora integrante do Laboratório Oeste – de estudos socioterritoriais da região oeste de Minas Gerais. Endereço para correspondência: Rua João Esteves nº 630, Bom Pastor, CEP: 35500-153, Divinópolis, MG. *E-mail:* [marcia.costa@uemg.br](mailto:marcia.costa@uemg.br)/[marcia.hbl@hotmail.com](mailto:marcia.hbl@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora Mestre (PUCMinas) atua na UEMG e Pesquisadora do Laboratório Oeste – de estudos socioterritoriais da região oeste de Minas Gerais. Endereço para correspondência: Rua São Paulo nº 170, apto. 101, Centro, CEP: 35500-006, Divinópolis, MG. *E-mail:* [sandramflora@gmail.com](mailto:sandramflora@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestra pela UEMG. Endereço para correspondência: Rua Rui dos Anjos Peirão nº 20, Cobertura, Bairro Santo Antônio, CEP: 35570-000, Formiga, MG. *E-mail:* [joicealvarengaborges@gmail.com](mailto:joicealvarengaborges@gmail.com)

Southeast 1 and 2 of Divinópolis, a municipality in the Center-West of Minas Gerais. The integration of knowledge areas was supported by the application of the qualitative method and the use of Fourth Generation Assessment instruments. The results highlighted the local instance of democratic representation of the sectors involved in SUSFANS, for discussion and deliberation about the policy in the municipality.

**Keywords:** Food and nutrition security, family farming, public policy.

## INTRODUÇÃO

As análises apresentadas neste artigo resultam de pesquisa realizada sobre a implementação da Política Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável<sup>4</sup>, executada pelo governo do Estado de Minas Gerais, por meio do Programa Estruturador: Cultivar, Nutrir, Educar (PECNE) <sup>[1]</sup>. Esse Programa foi implantado em sete das doze mesorregiões de planejamento de Minas Gerais, no período de 2012 a 2015. Divinópolis, cidade aonde o estudo foi desenvolvido, localiza-se na mesorregião Oeste de Minas Gerais.

O Programa Estruturador Cultivar, Nutrir, Educar (PECNE) foi elaborado a partir da atuação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar, que realizou a 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, responsável por aprovar o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS) de Minas Gerais, efetivado via Programa.

O PECNE foi idealizado como um instrumento de efetivação da política estadual, integrando as três áreas: Saúde, Educação e Agricultura Familiar. O Programa em sua concepção representa o esforço do governo estadual no período de 2012 e 2015 de criar mecanismos de interlocução entre órgãos de governo que interferem cada um, de acordo com suas características, na política de SANS em execução no estado de Minas Gerais.

Dentre os objetivos do PECNE, consta a garantia aos alunos das escolas públicas estaduais da educação básica, o direito humano à alimentação saudável, adequada e solidária, contemplando o binômio – Educação e Alimentação, respeitando a

diversidade da cultura alimentar das regiões de Minas Gerais. Os atores envolvidos na execução do Programa são representados nos Comitês Gestores Locais. O Comitê Gestor funcionou como uma instância colegiada, instituída para promover a integração dos setores da educação, saúde e agricultura familiar e garantir a segurança alimentar e nutricional a todos os estudantes da educação básica das escolas públicas estaduais.

O PECNE teve também como foco o fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) <sup>[2]</sup> à medida que buscou potencializar a alimentação escolar, fortalecendo a agricultura familiar e promovendo a educação alimentar e nutricional das famílias.

A pesquisa contou com equipe multidisciplinar, justamente pelo fato de o tema Segurança Alimentar e Nutricional demandar a atuação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Dentre os componentes da equipe constam profissionais das Ciências Sociais, Ciências da Saúde, Educação, Serviço Social e Engenharias (Agronomia, Civil, Produção). A integração entre as áreas do conhecimento ocorreu sustentada fundamentalmente na aplicação do método qualitativo, pelo uso do instrumento Avaliação de Quarta Geração <sup>[3]</sup>. Foram realizadas rodadas de entrevistas com representações dos agricultores familiares, de pessoas envolvidas na educação e também com profissionais da saúde do município, setor responsável pela implantação do Programa Estruturador: Cultivar, Nutrir, Educar, bem como os profissionais das unidades de atendimento localizadas nas regiões sudeste 1 e 2.

O município de Divinópolis, beneficiado pelo Programa Estruturador: Cultivar, Nutrir, Educar (PECNE), é uma cidade de médio porte, referência na mesorregião Oeste do Estado, com 213.016 habitantes. A taxa de urbanização do município é de

<sup>4</sup> Para o desenvolvimento da pesquisa e acatando as exigências da chamada CNPq 082/2013, firmou-se parceria e intercâmbio de estudos com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) – Bolívia e com o Centro Universitario de Excelencia en Agroecología y Saberes Locales da Universidad Mayor de San Simón da Bolívia.

97,4%, com 207.516 pessoas, vivendo na área urbana e 5.500 na área rural. Situado a 120 km de Belo Horizonte, capital do Estado [4,5].

Existem no município 44 comunidades rurais, subdivididas em duas regiões de planejamento: noroeste rural e sudoeste rural. As duas regiões compreendem uma área de 493,24 km<sup>2</sup> [5]. Um número significativo dos agricultores familiares do município é associado à Associação dos Pequenos Produtores da Agricultura Familiar de Divinópolis – APRAFAD e Região, organização que tem qualificado a produção familiar por oferecer apoio técnico-administrativo aos produtores e por gerir os processos de comercialização com o mercado institucional, por meio do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, e do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

Por meio da pesquisa buscou-se aprofundar estudos sobre a Agricultura Familiar, a partir da atuação da APRAFAD, pois foi verificado que essa Associação garante o acesso dos produtores ao mercado institucional, interferindo no abastecimento das escolas públicas estaduais, com reflexos diretos no processo de elaboração dos cardápios. Dessa forma, objetivou-se por meio da pesquisa compreender aspectos da produção, comercialização, e a capacidade de agregação de valor aos produtos por parte dos agricultores familiares, bem como, as possibilidades desses produtores adotarem formas agroecológicas no manejo e na adoção de práticas adequadas em consonância com o equilíbrio ambiental.

A execução do PECNE no seu período de funcionamento no Estado, de 2012 a 2015, foi gerenciada pelo Comitê Temático de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CTSANS) no âmbito estadual. O CTSANS era vinculado à Secretaria Geral da Governadoria atuando em conjunto com as Secretarias de Estado da Educação, da Saúde e de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Nos municípios, essa lógica se repetia com o Comitê Gestor local, composto por todas as instituições que interferem na Segurança Alimentar e Nutricional [1].

Pretende-se por meio deste artigo compartilhar a experiência de aplicação da metodologia – Avaliação de Quarta Geração, adaptada à realidade foco do estudo [3]. Importante também salientar como relevante no processo de definição

sobre o estudo empírico realizado na pesquisa foi dar visibilidade à concepção e implementação de uma política intersetorial de segurança alimentar, representada pelo caso de Minas Gerais. Buscou-se compreender a concepção dessa política e a forma de sua execução, compreendendo suas potencialidade e fragilidades, com vistas a se apontar caminhos em prol da concepção de políticas relacionadas ao tema que, por suas características, de fato demandam a interseção entre setores e também estudos que integrem distintas áreas de conhecimento.

## **INTERPRETAÇÕES SOBRE POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CONTEXTO NACIONAL, DE MINAS GERAIS E DO MUNICÍPIO OBJETO DE ESTUDO**

O conceito de segurança alimentar é recente, originou-se na Europa, no início do século XX, referindo-se à capacidade de cada país de produzir sua própria alimentação – uma crescente preocupação diante dos efeitos sociais e econômicos devastadores e imediatos das duas grandes guerras [6].

O meio rural no Brasil, especialmente nas duas últimas décadas, adquiriu novas funções não-agrícolas, abarcando atividades econômicas dos setores secundário e terciário. A nova configuração espacial do meio rural estabelece limites tênues entre o rural e o urbano. Os resultados são o esvaziamento de mão-de-obra nas atividades agrícolas e a crescente demanda por alimentos [6].

A situação influencia as práticas de produção da agricultura familiar e amplia as contradições que envolvem a realidade do pequeno produtor, estimulado a atender diretrizes da política de qualidade e sustentabilidade da produção, ao mesmo tempo, enquadrado pelo modelo produtivo do agronegócio, focado na lógica capitalista de mercado [6].

Neste contexto a agricultura familiar no país caracteriza-se como um segmento que exerce importante papel na segurança alimentar e nutricional, na proteção ao meio ambiente, na geração de emprego e renda e no desenvolvimento local. Ressalta-se que a agricultura familiar destaca-se como um fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda[7]. Dados mostram que, no Brasil, a agricultura familiar ocupa cerca de 80% da população

do setor rural e responde por cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa do consumidor, apesar de ter menos de 20% das terras agricultáveis do país [4,5].

Dados levantados por técnicos do Banco Mundial indicam que entre 2010 e 2050 a população crescerá 33% no mundo, passando de 6,9 bi (2010) para 9,1 bilhões de habitantes (2050). Para cada 70 habitantes das cidades haverá 30 pessoas produzindo alimentos no meio rural em 2050. Situação inversa ocorria na década de 1960, quando havia 67 pessoas produzindo alimentos para si e para 33 consumidores urbanos [8].

As projeções para a produção de alimentos e para o crescimento da população mundial indicam um cenário caótico de insustentabilidade ambiental. A soberania e segurança alimentar e nutricional dos povos, especialmente dos países periféricos como o Brasil, ficam sob a ameaça da crescente escassez dos recursos naturais como a terra produtiva e a água; o aumento da população global; o aumento do consumo massificado de alimentos industrializados e a crescente urbanização [8].

Para o enfrentamento da situação, o Brasil inseriu o tema Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável na sua agenda pública como pauta relevante nos debates e nos procedimentos sobre políticas locais, regionais e nacionais, bem como em âmbito internacional. A fim de alcançar resultados afirmativos criou a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (PNSANS), instituída em 2006, por meio da Lei Federal n.11.346 [9]. Desde então, além de criar uma estrutura intersetorial envolvendo as áreas diretamente ligadas à produção, comercialização e consumo de alimentos, instituiu o controle social para definir as prioridades da política.

A consolidação da Política de SANS depende ainda de estabelecer interfaces diretas com diversas políticas públicas do setor de saúde, tais como a Política Nacional de Promoção à Saúde [10], o Programa Saúde na Escola [11] e outras ações intersetoriais e estratégicas de promoção da alimentação saudável, especialmente nas escolas. No âmbito da Educação, um marco legal é o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que desde 2009, por intermédio da Lei Federal nº 11.947/2009,

em seu artigo 14, determina que no mínimo 30% do total do recurso repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar [2].

A partir de uma estrutura de governança já instalada no âmbito do governo estadual, torna-se necessária a construção participativa da Política de Segurança Alimentar e Nutricional em todas as esferas de governo, especialmente no nível local. A organização do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e sua adesão aos sistemas federal e estadual integram a política nas três esferas de poder e instrumentaliza a necessária execução intersetorial da política. Envolve, portanto, os órgãos de governo e as organizações civis, para que possam atuar conjuntamente em uma estrutura de governança compartilhada, envolvendo o poder público e a sociedade civil.

Neste contexto, Minas Gerais saiu na frente e no ano de 2005 já iniciava a implantação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional [12] por meio da organização do Sistema Estadual, com o propósito de ser uma política transversal na qual os órgãos dos governos federal, estadual, municipal e as organizações civis poderiam ou deveriam atuar conjuntamente em prol do desenvolvimento e efetivação desse sistema nos municípios, a partir de uma estrutura de governança instalada no âmbito do governo estadual.

Importante no âmbito da política estadual foi a iniciativa do Conselho Estadual re realizar a 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, responsável por aprovar o Plano de SANS de Minas Gerais, efetivado via Programa Estruturador Cultivar, Nutrir e Educar (PECNE) [1]. O Programa se sustenta nesse tripé setorial e foi idealizado como um instrumento de efetivação da política estadual, integrando as três áreas. O PECNE em sua concepção representa a tentativa do governo estadual de criar mecanismos de interlocução entre órgãos de governo responsáveis separadamente por ações nas áreas da Saúde, da Educação e da Agricultura Familiar. A governança do Programa, ou melhor, a forma de integração entre os setores se efetivaria, de acordo com a proposta, por meio da institucionalização de Comitês Gestores nas esferas estadual e municipal.

Um dos fundamentos do PECNE é o fortalecimento da agricultura familiar, tornando-a capaz de produzir e comercializar com os mercados institucionais, alimentos em quantidade, qualidade e variedades suficientes para garantir o abastecimento da rede pública de ensino <sup>[12]</sup>. Esse propósito deve estar em consonância com as atividades de educação alimentar e nutricional (EAN) <sup>[13]</sup>, bem como com o monitoramento do estado nutricional dos alunos da rede pública estadual de ensino, por meio da chamada nutricional. Tal procedimento trata-se de pesar e medir os alunos anualmente e calcular o índice de massa corpórea (IMC), com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde, a fim de instrumentalizar a análise quanto ao quadro de obesidade ou magreza dos alunos. O consumo de produtos da agricultura familiar, completaria um círculo de incremento a produção agrícola familiar. Esse seria um círculo virtuoso de funcionamento do Programa, no entanto, a virtuosidade do processo foi afetada pelas dificuldades operacionais de cada setor envolvido. Seja por deficiências nos mecanismos e fluxo de informação e de interlocução intersetores, em grande medida, decorrentes de uma cultura institucional marcada pela fragmentação e pela descontinuidade na operacionalização das políticas e, conseqüentemente, dos programas e projetos delas decorrentes <sup>[14]</sup>.

O Programa: Cultivar, Nutrir e Educar <sup>[1]</sup> lançado em 2012 contemplou 45 municípios nas regiões Norte de Minas, Zona da Mata, Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce. No ano 2014 atendeu cerca de 85 municípios nas regiões Centro-Oeste, Central, Noroeste, Norte de Minas, Zona da Mata, Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce. Em Divinópolis, município polo da região centro-oeste, o PECNE foi lançado em março de 2013, durante o Seminário Regional do Programa Estruturador - Cultivar, Nutrir e Educar <sup>[15]</sup>.

A governança do PECNE envolveu na instância estadual o Comitê Temático de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CISANS) integrado por representações das Secretarias de Estado da Educação, da Saúde e de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Na instância local a governança foi assegurada pelo Comitê Gestor, formado com a participação das instituições que interferem na Segurança Alimentar e Nutricional: secretarias de Saúde, Educação e Agronegócios do município de Divinópolis, Associação dos Pequenos Produtores da Agricultura Familiar de Divinópolis (APRAFAD),

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (COMSEAS), Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CRSANS Centro-Oeste), Instituto Mineiro de Agricultura (IMA), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Divinópolis, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), Serviço de Inspeção Municipal, e do Núcleo de Saúde Coletiva da UEMG <sup>[15]</sup>.

Um número significativo dos agricultores familiares do município de Divinópolis é associado à APRAFAD, organização que tem qualificado a produção familiar por oferecer apoio técnico-administrativo aos produtores e por gerir os processos de comercialização com o mercado institucional, por meio do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, e do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos <sup>[15]</sup>.

O PECNE como proposta expressa da política estadual de segurança alimentar e nutricional representou uma importante iniciativa de política intersetorial, formato que condiz com os traços inerentes ao tema que exige a articulação entre setores de governo e áreas de conhecimento. No entanto, a pesquisa avaliou avanços substanciais na concepção da política, mas aponta fragilidades significativas no processo de sua execução. Além disso, a política sofreu forte impacto devido à transição ocorrida no governo do estado de Minas Gerais. A finalização do PECNE expõe a tendência de descontinuidade das políticas e conseqüentemente de programas e projetos de governo e a quase inexistência da prática de aplicação de mecanismos de avaliação que garantam o replanejamento e a escuta dos atores alvo dessas políticas <sup>[15]</sup>.

A dificuldade de efetivação de ações interesetoriais explica-se no aparato governamental que é todo fatiado por conhecimentos, por saberes, por corporações. Existe também outra herança, que é a hierarquia verticalizada, piramidal, em que os processos percorrem vários escalões, mas as decisões são tomadas apenas no topo, não na base, próximo à população. O aparato governamental nem sempre olha para os grupos populacionais, para os conjuntos de pessoas, atento para as vulnerabilidades e oportunidades que os identificam. Uma perspectiva de trabalho intersetorial implica mais do que justapor ou

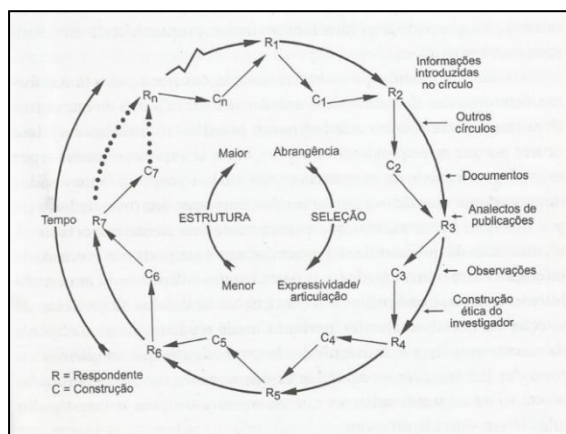
compor projetos que continuem sendo formulados e realizados setorialmente [15].

## COMENTÁRIOS SOBRE OS ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

A pesquisa teve como orientação metodológica a aplicação da Avaliação de Quarta Geração [3], que se fundamenta no paradigma construtivista e responsivo, em que as reivindicações, preocupações e questões dos grupos de interesse (*stakeholders*) servem como foco organizacional, definindo quais as informações necessárias ao estudo. Nos modelos tradicionais, os parâmetros e limites são definidos *a priori* enquanto na avaliação responsiva ocorre um processo interativo e de negociação que envolve os grupos de interesse (*stakeholders*).

A Avaliação de Quarta Geração tem como fundamento o paradigma construtivista, inspirado ontologicamente na ideia de que existem muitas realidades socialmente construídas; epistemologicamente, investigador e investigado estão entrelaçados. Em termos metodológicos, o paradigma construtivista defende a interpretação da realidade por meio da aplicação do círculo hermenêutico-dialético, uma técnica de análise que retorna aos respondentes, em um movimento circular, a fim de confrontar e, então construir posicionamentos consensuais ativos, resultantes do diálogo intra e inter os grupos de interesse e pesquisadore(a)s. Esse princípio metodológico gera uma construção conjunto/articulada entre todos os indagadores e respondentes. O fluxograma do círculo hermenêutico-dialético é mostrado na sequência.

**Figura 1.** Fluxograma do círculo hermenêutico-dialético.



Fonte: Guba (2011) [3].

O termo grupos de interesse (*stakeholders*) designa organizações, grupos ou indivíduos envolvidos no processo avaliativo. Esses grupos são formados por pessoas com características comuns, que têm algum interesse nos efeitos da política de segurança alimentar e nutricional e estão envolvidos ou potencialmente afetados pela política e seus objetivos. Nesse caso, os grupos de interesse (*stakeholders*) envolvidos na implementação do PECNE e que participaram do círculo hermenêutico-dialético construído para esse estudo foram os profissionais da saúde (gerentes e profissionais das unidades de saúde), a comunidade escolar (professores, diretores, merendeiras das escolas, alunos e familiares), e os agricultores familiares envolvidos com a produção e fornecimento da alimentação escolar.

O processo de construção do conhecimento se dá ao mesmo tempo em que os grupos envolvidos exercitam a avaliação das situações tematizadas ao longo da pesquisa. Os grupos instruem-se mutuamente pela troca desenvolvida ao longo da realização da pesquisa. Tende a acontecer um aprendizado, pois, cada grupo passa a entender percepções dos outros grupos, esse contato favorece um melhor entendimento das construções realizadas sobre as situações pontuadas.

O Comitê Gestor Local também foi tratado como um grupo de interesse, composto por representantes das secretarias de Saúde, Educação e Agronegócios do município de Divinópolis, da Associação dos Pequenos Produtores da Agricultura Familiar de Divinópolis (APRAFAD), do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CONSEANS), do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (COMSEAS), da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CRSANS Centro-Oeste), do Instituto Mineiro de Agricultura (IMA), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Divinópolis, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), do Serviço de Inspeção Municipal, e do Núcleo de Saúde Coletiva da FUNEDI, também participam do processo avaliativo do PECNE [1].

O processo hermenêutico-dialético aplicado na Avaliação de Quarta Geração associa a interpretação, ou seja, a compreensão das atribuições de sentido dadas às interações do conhecedor com o conhecido, do pesquisador com os atores sociais envolvidos na realidade analisada. O traço dialético da metodologia se relaciona a comparação e contraposição de pontos de vista divergentes, com o objetivo de construir sínteses <sup>[3]</sup>.

Na aplicação, a metodologia<sup>[3]</sup> considera correlação entre as construções desenvolvidas na relação entre pesquisador e os sujeitos da realidade, com vistas a se alcançar um exame mútuo das percepções dos envolvidos no processo de produção de conhecimento. Busca-se a obtenção de consenso entre os atores pela exposição e esclarecimento dos vários pontos de vista. Todos (inclusive o investigador) constroem e reconstróem suas percepções, a partir do ponto de vista inicial desencadeador das discussões, pelo estabelecimento de consensos ativos. Constrói-se uma negociação hermenêutico-dialética, pela interação desenvolvida seguindo o processo identificado abaixo.

Os indicadores e categorias trabalhados na pesquisa foram definidos de acordo com a política pública analisada e os atores envolvidos na implementação dessa política. A aplicação das entrevistas teve referência em roteiro construído pela interseção de pontos relacionados à política que afetam todos os atores e pontos específicos relacionados ao contexto de cada segmento envolvido no estudo. Houve um encadeamento das respostas de cada segmento ou grupo de interesse. Em decorrência de estudo documental, de registros decorrentes de contatos exploratórios com o público da pesquisa (Grupos de Interesse). A partir desses registros e de análises do material selecionado, coletado e analisado, foram definidos os pontos fundamentais relativos às percepções dos atores envolvidos no Programa Estruturador: Cultivar, Nutrir, Educar, com vistas a se capturar os elementos transversais que interferem na atuação de todos os segmentos implicados na realidade investigada.

## **INTERPRETAÇÕES SOBRE O DESEMPENHO DO PROGRAMA ESTRUTURADOR CULTIVAR, NUTRIR, EDUCAR NO ÂMBITO LOCAL**

Os Sujeitos da Pesquisa apresentaram suas interpretações que foram formatadas em Reivindicações, Preocupações e Questões (RPQs). Essas percepções dos sujeitos da pesquisa foram agrupadas nas categorias estabelecidas pela metodologia adotada, a partir dos fundamentos da Avaliação de Quarta Geração <sup>[3]</sup>.

Os depoimentos<sup>5</sup> foram organizados de acordo com a atuação dos grupos participantes do Programa Estruturador Cultivar, Nutrir, Educar (PECNE). Na operacionalização da metodologia, obedecendo ao movimento do círculo hermenêutico-dialético, os representantes-chave das áreas da saúde, educação e agricultura familiar foram convidados a participar das discussões sobre o Programa como entrevistados. Esses entrevistados participaram do processo também indicando outros respondentes e discutiram as percepções de todos os atores envolvidos, na etapa final da pesquisa, momento de culminância, que envolveu discussão ampla sobre as reivindicações, preocupações e questões levantadas ao longo de todo o processo que envolveu também amplo estudo documental. Os documentos analisados e a literatura especializada utilizada foram fundamentais para a construção dos roteiros das entrevistas.

A experiência possibilitou a construção de conhecimento e de percepções que foram gerando situações de mútua fertilização entre o público da pesquisa e os pesquisadores. As transformações das percepções e fundamentos analíticos dos pesquisadores também compõem os pressupostos da metodologia adotada. A culminância se deu pelo compartilhamento de percepções e pelas discussões em torno da segurança alimentar e nutricional como política pública e sua construção no âmbito do município.

<sup>5</sup> Considerando a proposta da Avaliação de Quarta Geração e o universo da pesquisa envolvendo educação, saúde e a agricultura familiar; foram realizadas 36 entrevistas individuais e duas entrevistas coletivas. Importante salientar que o evento final de apresentação dos resultados ao público envolvido no estudo, transformou-se também em ambiente de discussões e o conteúdo dos debates foi incorporado nas análises registradas no relatório final.

A equipe organizou os depoimentos em quadros formatados de acordo com as identificações dos discursos em reivindicações, preocupações e questões. Esses quadros foram organizados por categorias, detectadas nos conteúdos das entrevistas a partir dos “Temas de Referência” relacionados na sequência:

- relação dos órgãos com a política de segurança alimentar e nutricional (intersectorialidade)
- política SANS - estrutura física, material e humana de funcionamento dos órgãos responsáveis
- relação saúde, educação e família – educação alimentar e nutricional
- cardápio da alimentação escolar
- chamada nutricional
- agricultura familiar – produção, processamento, assistência técnica e comercialização

As análises dos quadros categorizados dos depoimentos, integradas ao estudo documental realizado e aos registros em diário de campo apontam algumas interpretações interessantes sobre a relação entre educação, saúde e agricultura familiar.

Verificou-se a quase ausência de diálogo entre as pastas responsáveis pela gestão das políticas de saúde e educação, fato que favorece a reprodução de práticas pontuais não programadas e não planejadas entre os setores responsáveis por conceber e executar os serviços públicos. Observou-se um distanciamento dos gestores públicos da saúde e educação de suas unidades descentralizadas, respectivamente, unidades de saúde e escolas. Essa situação acentua a construção de relações superficiais, em que as ações passam a ser definida pela agenda programada do Ministério de Saúde e da Secretaria de Estado de Saúde, ou seja, pelo cumprimento de metas a serem cumpridas pelo município por ocasião apenas das campanhas preventivas.

Percebe-se, portanto, uma relação inconsistente e pontual entre os órgãos de saúde e as escolas, com poucas ocasiões de encontro entre profissionais da saúde, da educação e alunos. As campanhas de vacinação, de prevenção ao uso de

drogas e de palestras esporádicas para abordar temas específicos, tais como sexualidade e gravidez na adolescência, são as únicas formas de troca entre os atores da educação e da saúde. As entrevistas não apontaram a ocorrência ou realização de um trabalho intersectorial entre saúde e educação para concepção conjunta ou abordagem relativa ao tema segurança alimentar e nutricional sustentável.

Identificou-se também por meio do estudo a sobreposição de programas federais e estaduais, com objetivos similares. No rol destas ações de governo estão os sistemas e programas: Saúde na Escola, o Bolsa Família e o próprio PECNE. O que se verifica é a realização de cadastros e a produção de dados de cada sistema ou programa, sem haver um cruzamento em relação ao público, o que otimizará a concepção e a eficácia das políticas, com perspectivas mais factíveis de intersectorialidade.

Os resultados dos contatos estabelecidos com as Escolas da Rede Estadual de Ensino das Regiões Sudeste I e II do município de Divinópolis, as diretoras afirmaram que não tinham conhecimento do PECNE, exceto a vice-diretora da Escola Estadual Antônio Gonçalves de Matos, que havia feito um curso a distância, oferecido pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais sobre o Programa. No geral, o desconhecimento e despreparo das escolas indicaram deficiências no fluxo de informações e no contato que deveria ter sido mantido entre as escolas e as unidades de saúde, a fim de preparar os alunos e informar seus familiares sobre a realização da Chamada Nutricional, prevista no PECNE como um dos seus indicadores de resultados.

A interlocução entre escola e família, também foi analisada neste estudo, entendo que quaisquer ações de educação alimentar e nutricional (EAN) [13] desenvolvidas no ambiente escolar poderiam extrapolar ao ambiente familiar e transformar costumes e práticas alimentares e nutricionais de toda a comunidade. Constatou-se, por meio das entrevistas, que a participação das famílias na vida escolar de seus filho(a)s é baixa e, à medida que ele(a)s avançam para o ensino médio essa interlocução se reduz ainda mais.

Cabe salientar outro aspecto relativo à segurança e de soberania alimentar e nutricional analisado no contato com as escolas, a elaboração e a execução do cardápio. Em três das quatro escolas



pesquisadas as diretoras escolares elaboram o cardápio com a colaboração de seus vices e em uma delas é a assistente técnica de educação básica (ATB). Para a elaboração do cardápio semanal, que é publicizado no mural das escolas, devem ser observadas as orientações nutricionais da RESOLUÇÃO/FNDE/CD/N<sup>o</sup> 38/2008, e sugestões de receitas elaboradas por nutricionistas da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, que buscam garantir 70% das necessidades nutricionais diárias dos alunos em escolas de tempo integral. As escolas públicas estaduais ainda não dispõem de nutricionistas que as orientem sobre a organização dos cardápios de acordo com os hábitos e produtos locais ou regionais. Há uma meta governamental, ainda não cumprida, de contratação de uma nutricionista para cada superintendência regional de ensino. A 12<sup>a</sup> Superintendência Regional de Ensino é composta por 29 municípios, dentre os quais Divinópolis que possui 33 escolas públicas estaduais. De acordo com alguns respondentes, o cardápio fornecido pelo Estado é impraticável porque as escolas não dispõem da variedade e quantidade previstas nas receitas.

É conveniente destacar também outros fatores determinantes para a elaboração do cardápio escolar, a variedade da produção familiar e a disponibilidade de recursos. A variedade da produção ainda é uma meta para os produtores familiares. Quanto ao financiamento, o PNAE dispõe de recursos do FNDE e as esferas estaduais e municipais podem complementar. No caso de Divinópolis, e da maioria dos municípios brasileiros, as escolas contam apenas com os valores *per capita* definidos na Resolução CD/FNDE nº 26/2013, repassados pelo FNDE de R\$ 0,30 para a educação básica, R\$ 1,00 para creches, R\$ 0,60 para escolas diferenciadas, R\$ 0,50 para escola de Atendimento Educacional Especializado e R\$ 1,00 para escola em tempo integral. Para os produtores familiares os valores pagos pelo PNAE podem somar até R\$ 20 mil por ano na sua renda.

Em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, a Associação dos Produtores Familiares de Divinópolis – APRAFAD, criada em 2007 é um ator importante no município. A Associação apresentou problemas no início de participação no Programa. A relação dos produtores com as escolas estaduais nas negociações para a compra dos alimentos era marcada por reclamações de

ambos os lados. As escolas reclamavam da baixa qualidade dos produtos, da não diversificação, do preço, da entrega *in natura* que dificultava a atuação das cantineiras. Os produtores, por sua vez, enxergavam a posição das diretorias das escolas como intransigente e inflexível, com pouca abertura para compreender as dificuldades dos produtores. As dificuldades passam pelas limitações de se produzir certos alimentos por não serem comuns na região, que dependem da época do ano para cultivo e também sobre a necessidade dos produtores se adequarem à realidade do programa.

Verificou-se por meio dos dados levantados e pelos depoimentos registrados que, a medida que a Associação, com apoio da EMATER e da Secretaria Municipal de Agronegócio, passou a gerenciar a relação entre os produtores e as escolas, reconhecendo as questões apresentadas pelas diretorias e aprendendo a negociar, as mudanças começaram a acontecer. Nesse aspecto, torna-se importante ressaltar o papel do Comitê Gestor Local como espaço público criado no âmbito do Programa Estruturador: Cultivar, Nutrir, Educar. A interação entre agricultores, representados pelo presidente da APRAFAD e representações das escolas, além de outros órgãos de governo, favoreceu o diálogo via Comitê Gestor. Constatou-se que as informações e questões relativas à segurança alimentar no município ganharam mais fluidez e ambiente para discussões e negociações.

A tradição de produzir verduras tem dificultado a introdução de novos cultivos, esse tem sido um problema evidenciado na realidade da produção familiar local, que afeta inclusive o abastecimento das escolas que apresentam outras necessidades nos cardápios. Devem ser destacados outros fatores que afetam a produção familiar, as famílias de agricultores contam com poucos membros diretamente comprometidos com a produção, fato que gera a necessidade de contratação de mão de obra que se apresenta onerosa para as condições do produtor, com limitações de produção e comercialização e com dificuldades de gerir seu negócio. Soma-se a esse quadro a inexistência de propostas de educação do campo que favoreçam a permanência do jovem e o estimule a atuar com a família na produção, bem como, seja orientado a incrementar as formas de cultivo e de gestão das propriedades. As famílias com número cada vez menor de filhos e os apelos do meio urbano que os estimulam a buscar outras alternativas de formação e de trabalho são fortes, situação que gera a fragilidade dos laços com a produção familiar de

alimentos. As famílias enfrentam também hoje no campo, problemas antes próprios do meio urbano, tais como: a violência, a insegurança, a falta de políticas que resguardecem as famílias e as propriedades.

Os depoimentos dos produtores familiares foram muito significativos em termos da existência de programas de governo que estimulam o pequeno produtor. É evidente o quão determinante é para o produtor familiar ter a segurança de comercializar via programas institucionais, tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. A existência desses programas, como parte da Política Pública de Segurança Alimentar implantada no país a partir de 2006, garante ao produtor o escoamento do produto, ao mesmo tempo em que atende as necessidades das escolas e das instituições sociais de caráter assistencial, devido ao acesso a alimentos produzidos local e regionalmente. Esses programas funcionam bem quando há atuação dos órgãos competentes.

Quanto ao Programa Estruturador: Cultivar, Nutrir, Educar, os produtores rurais demonstraram desconhecimento e falta de informação, tendo sido detectado o fato de apenas o presidente da Associação ter conhecimento mais preciso sobre o programa, justamente por participar do Comitê Gestor Local. A pesquisa constatou a importância do Comitê Gestor não só para o programa, mas também e principalmente para o incremento de ações intersetoriais ou mesmo concepção de políticas que demandam intersetorialidade, como é o caso da segurança alimentar. Devido à importância do Comitê Gestor, a equipe de pesquisa considerou relevante tratar essa instância local como um grupo de interesse, de acordo com a metodologia aplicada no processo investigativo, tal como descrita anteriormente. Optou-se, inclusive, pela realização de entrevista coletiva com a presença de representantes dos órgãos que compõem essa instância. O objetivo da entrevista coletiva com esse grupo de interesse foi compreender seu funcionamento, bem como a posição de cada órgão frente ao tema da segurança alimentar e também a forma de atuação do Comitê no município.

Buscou-se estimular na entrevista coletiva as interpretações dos representantes dos órgãos que compõem o Comitê sobre o Programa Estruturador: Cultivar, Nutrir, Educar. Constatou-se haver por parte de todos os representantes o reconhecimento da

necessidade do Programa, inclusive como estímulo a agricultura familiar. Devido ao importante papel desempenhado pelo Comitê Gestor, optou-se por apresentar neste artigo alguns trechos dos depoimentos registrados a partir da entrevista coletiva.

“A maioria da alimentação popular ela vem da agricultura familiar. Então é esse o nosso grande foco, porque precisamos da legislação, da nutrição, da vigilância sanitária, tudo para que esse alimento realmente chegue ao mercado, e que ele realmente ganhe dinheiro com a produção dele, então por isso que o Cultivar Nutrir é interessante.”(Respondente 2) <sup>[15]</sup>

Pode-se também afirmar que há um reconhecimento do diferencial do Programa como uma tentativa de realização da intersetorialidade no desenvolvimento de ações sobre segurança alimentar. Destaca-se também haver preocupação dos representantes com o incremento do Programa, inclusive ampliando a composição dos órgãos que atuam em relação à segurança alimentar.

[...] “o diferencial que eu acho do... do programa é a própria questão da intersetorialidade e do espaço do Comitê, neh, porque é... algumas das dificuldades que a gente teve, até em relação a ...a acesso dos profissionais de saúde na Unidade nas escolas, é através do contato com o Comitê e a superintendência de ensino, neh... das reuniões do Comitê a gente trazia e dividia essas angústias, neh... e tentava solucionar de alguma forma.” (Respondente 1) <sup>[15]</sup>

“Então eu achei que o Cultivar foi muito interessante porque buscou essa integração, nem que seja só com a gente, mas já foi alguma coisa.” (Respondente 2) <sup>[15]</sup>

Houve entre os respondentes o reconhecimento e a valorização do Comitê Gestor Local como espaço de compartilhamento, de interação entre os setores que atuam com a segurança alimentar. O bom desempenho das políticas de segurança alimentar nos municípios depende do estabelecimento de relações entre governo e sociedade civil <sup>[16]</sup>, afirmando que os líderes dos governos sejam sensíveis às demandas sociais e que abram espaços para negociação. Importante também é o fato de todos os segmentos da sociedade entenderem que há uma conexão entre os problemas sociais, tal como a fome e o estabelecimento de uma sociedade democrática.

Entende-se que o Comitê Gestor Local cumpre esse papel de espaço de interlocução entre Estado e sociedade civil. Todos os atores envolvidos na política de segurança alimentar do município pesquisado foram unânimes em reconhecer a necessidade de haver uma instância que cumpra esse papel. Questionou-se, inclusive, no momento da entrevista coletiva, a condição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar de cumprir esse papel no município devido a suspensão do PCNE e consequente desativação do Comitê.

A suspensão do PECNE foi debatida em várias perspectivas, inclusive sobre a tendência de descontinuidade comum entre governos, devido a incompatibilidades normalmente de caráter político partidária.

[...] “aí a EMATER trabalha nesse apoio, até é muito interessante estar num programa desse, porque cê tá conversando com os outros, neh... que são parceiros no processo. Então eu acho muito interessante pra gente ver o que quê ele pensa, o que quê o outro pensa, por que às vezes cada um trabalhando sozinho.

Então eu acho que foi muito interessante, foi essa conversa aqui e no Comitê. Porque isso é que foi acrescentado e dava vontade de a gente vir no outro. Por que? Foi tanta dúvida que surgiu que, não vamos lá no Comitê ver se alguém esclarece alguma coisa [...] Eu acredito que a gente deveria ter uma forma de continuar. Esse trabalho, neh, do Comitê ou com outro nome, mas que fosse igual cês falaram, ou no COMSEAS.” (Respondente 2) <sup>[15]</sup>

“Foi muito bom o Comitê em relação a... por que nós tínhamos essa dificuldade de ir na zona rural, neh? É... a partir do Comitê, a gente conseguiu chegar até la no produtor, pela disponibilidade do SIM. ... municipal que tinha um veículo à disposição uma vez por semana, para que nós, eu e uma outra colega de trabalho, que é fiscal também, e mais um fiscal do SIM municipal fossemos ao produtor, lá na zona rural, para que a gente orientasse, verificasse as condições higiênico sanitárias, físicas, higiênico e físicas neh, a estrutural física, como higiênico sanitária do próprio processo de produção, neh? Então a gente teve essa, essa... é... nós chegamos até o produtor, neh...e através da APRAFAD, por que a gente usou muito a APRAFAD, neh?” (Respondente 4) <sup>[15]</sup>

[...] “então através deste Comitê é que ela, neh, fica sabendo de tudo o que ela pode tá passando para os produtores pra melhorar na questão da qualidade, neh, dos produtos que... que se espera pra poder fornecer pro município e principalmente a qualidade, porque quando eu comecei a trabalhar lá, era bem complicado esta questão. E as escolas reclamavam muito, que os produtos não tinham boa qualidade... é... o produtores na verdade, eles tinham um pensamento de que na Associação ele poderia deixar qualquer [...] tipo de produto pra gente poder é... comercializar pra ele, e agora nós tamo conseguindo trabalhar, neh, essa mentalidade neles.”. (Respondente 5) <sup>[15]</sup>

“A gente tem que enxergar aqui também que essa mudança de política, isso era do governo do PSDB que fez esse processo todo. Então o PT que entrou agora, até hoje não chegou nada de novo, em termos de programas estaduais. Então a gente não sabe assim, se eles estão querendo entender o que tá acontecendo pra continuar, porque pode ser que continue, nós não estamos falando que não.” (Respondente 2) <sup>[15]</sup>

Dentre os problemas detectados na implementação do Programa, ressaltou-se a desarticulação entre os setores e a falta de definição clara das responsabilidades na execução das ações propostas.

“Eu achei que o Cultivar, Nutrir e Educar, sendo um projeto do estado, tá? Ele deixou muito a desejar em termos de quem representava o estado nele. Em termos de educação. Tá? Então assim, o pessoal da Superintendência, não tá aqui, como em várias vezes eles não vieram, e... achei que assim, como a gente começou a ter muito contato, neh, essa intersetorialidade, a Luisa, o pessoal que mexe com a questão de dinheiro e de finanças, então a gente teve muito contato, tanto que ela teve dificuldade como faria e como a EMATER nos treinou no Cultivar e Nutrir, a gente tinha mais uma visão das legislações, das coisas que tavam sendo feitas, mas eu, o que eu achava que eu poderia buscar lá, porque era da Educação e isso foi feito pelo Estado, então eu achei que a Superintendência, as Diretoras Estaduais, elas estavam bem alheias ao projeto.” (Respondente 2) <sup>[15]</sup>

O Programa Estruturador: Cultivar, Nutrir, Educar, tal como exposto neste subtítulo do artigo que trata dos dados empíricos da pesquisa, significou um esforço institucional do governo do estado de Minas Gerais de conceber e implantar uma política pública de articulação entre setores, voltada para a segurança alimentar e nutricional sustentável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável <sup>[14]</sup> no Brasil estabelece interface com outras políticas públicas. No âmbito da educação um marco legal com efeitos na comercialização e no consumo de alimentos é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem desdobramentos diretos na produção e no aumento da geração de renda para o agricultor familiar.

O PNAE, financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é regulamentado pela Lei Federal nº 1.947/2009 que, no seu artigo 14 define que:

[...] Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas <sup>[2]</sup>.

Esta determinação amplia o mercado institucional para a comercialização de produtos da agricultura familiar e reforça o dispositivo legal da Lei Federal nº 11.346/2006, que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (PNSANS) e, dessa forma, assegura o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base, práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e, que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis <sup>[9]</sup>.

Além da relação entre produtores familiares e escolas da rede pública estadual, a saúde se apresenta também como importante componente relacionado às

políticas voltadas para segurança alimentar e nutricional. Esse contexto estimulou a criação do Programa Estruturador: Cultivar, Nutrir, Educar em Minas Gerais.

Se bem sucedido, o Programa <sup>[1]</sup> fortaleceria os programas do governo federal voltados à segurança alimentar que incorporam a produção familiar de alimentos e a alimentação escolar. No entanto, o PCNE apresentou problemas em sua implantação, dentre os quais as dificuldades de efetivação da intersetorialidade na aplicação da política estadual de segurança alimentar e nutricional, situação que afetou a legitimidade do programa entre os setores envolvidos na política e entre os destinatários do programa. Esse fato foi agravado pela descontinuidade da política, situação que se mostrou incoerente, pois o programa foi concebido a partir da atuação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar, tendo sido resultado de realização da 5ª -Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada no estado com a participação dos segmentos que atuam diretamente com o tema em com as políticas.

A pesquisa realizada na cidade de Divinópolis apontou as limitações intersetoriais do programa, a começar pelas falhas de comunicação entre os atores envolvidos, problema registrado no momento de sua implantação e que prosseguiu ao longo de sua execução.

O grande salto de qualidade na área da segurança alimentar decorrente da política concebida em Minas Gerais, e que se mostrou eficiente no município analisado, foi a institucionalização do Comitê Gestor. O Comitê funcionou como vigoroso espaço democrático de discussão sobre a política que favorecia a interlocução entre os segmentos envolvidos com a política estadual, com ressonância em nível local.

Importante salientar nestas considerações finais a experiência de aplicação da metodologia de Avaliação de Quarta Geração. O formato construtivista da metodologia, que cria condições de interação entre os pesquisadores e o público alvo do estudo por meio dos mecanismos circulares de fertilização recíproca entre os discursos, favoreceu uma construção compartilhada de percepções sobre a política de segurança alimentar e nutricional,

representada pelo Programa Estruturador: Cultivar, Nutrir, Educar.

Os procedimentos indicados na aplicação da metodologia <sup>B</sup> foram seguidos, desde a construção do projeto de pesquisa à sua realização empírica. No entanto, as peculiaridades da realidade investigada impuseram alguns ajustes que, de acordo com avaliação da equipe podem sinalizar a aplicação de elementos novos de enriquecimento à metodologia.

## REFERÊNCIAS

- [1] Martins JJ, Santos GA. A Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável em Minas Gerais. In: Anais da 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais: Alimentação Saudável, Adequada e Solidária. Belo Horizonte. [internet] 2011 [acesso em 08 ago 2011]. Disponível em: <[http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf\\_bib.php?COD\\_ARQUIVO=10450](http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=10450)>.
- [2] Brasil. Lei nº 11.947/2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica [internet]. [acesso em 12 mar 2017]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm-30-mar-2009](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm-30-mar-2009)>.
- [3] Guba EG, Lincoln YS. Avaliação de quarta geração. Tradução Beth Honorato. Campinas: Editora Unicamp; 2011.
- [4] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico [internet]. 2010. [acesso em 15 fev 2017]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.
- [5] Carmo LN, Teixeira MA; Guimarães SM, Rabelo AMP. Configuração Territorial de Divinópolis [internet]. 2013 [acesso em 22 abr 2013]. Disponível em: <<http://planodiretordedivinopolis.files.wordpress.com>>.
- [6] Silva JFG. A Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS; 2000.
- [7] Guilhoto JJM. *et al.* A participação da Agricultura Familiar no PIB do Brasil e de seus estados (2006-2010). Brasília: NEAD; 2010.
- [8] Organização das Nações Unidas – ONU. Relatório Sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. [internet]. 2013 [acesso em 20 jun 2013]. Disponível em: <https://www.unric.org/html/portuguese/mdg/MDG-PT-2013.pdf>
- [9] Brasil. Lei nº 11.346/2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências [internet]. [acesso em 10 jan 2017]. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.
- [10] Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde [internet]. Brasília; 2006. [acesso em 20 fev 2006]. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br>>.
- [11] Brasil. Decreto nº 6.286, de 23 de março de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE [internet]. [acesso em 23 mar 2017]. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.
- [12] Minas Gerais. Lei nº 15.982/2006. Cria a Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais [internet]. 2006. [acesso em 20 fev 2017]. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>.
- [13] Santos LAS. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. Revista de Nutrição. 2005;18(5):681-692.
- [14] Inojosa RM. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. Cadernos FUNDAP. 2001;22:102-110.
- [15] Costa MHBC, Guimarães SM, Borges JA. Relatório de pesquisa sobre estudo de uma experiência de política pública integrada de segurança alimentar e nutricional sustentável. [relatório]. Brasília, DF: Plataforma Carlos Chagas – CNPq; 2016.
- [16] Cos Costa C, Maluf R. Diretrizes para uma Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. São Paulo: Pólis; 2001.